



O TRABALHO NA ESCOLA DO MST: UMA ANÁLISE NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO.

Eduardo Gottens Pergher¹
Laura Souza Fonseca²
Geovanna Caroline Zanini Dutra³

RESUMO

Situado no conjunto dos estudos do campo trabalho e educação, esse texto pretende discutir o trabalho na Escola do MST. O contexto demarcado é da Crise Estrutural do capital (Mészáros, 2009), em que no Brasil se expressa na relação de dependência aos ditames imperialistas, caracterizado como capitalismo dependente (Fernandes, 2009), tendo no agronegócio, como expressão atual da questão agrária, um dos principais fenômenos que auxiliam nesse entendimento. O MST se constitui como o principal sujeito político no enfrentamento a essa lógica hoje no Brasil. No forjar da sua luta, forja uma educação para seus sujeitos, e nessa vai ocupando a escola com sua perspectiva. O trabalho assume relevante papel nesse processo. Discutiremos essas relações tomando a materialidade do Tempo Trabalho no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), escola de Ensino Médio e Profissionalizante ligada ao MST. A mesma está situada em Veranópolis – RS, buscando atender jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária, ligadas ao MST, ou a outros Movimentos Sociais. As conclusões a que chegamos é que a inserção do trabalho na escola, alinhado a perspectiva da classe trabalhadora, traz um sentido educativo que questiona e contrapõem a lógica destrutiva do capital.

Palavras chave: Trabalho; Escola; MST.

RESUMEN

Situado en todos los estudios sobre el trabajo de campo y la educación, este texto se analiza la labor de la Escuela del MST. El contexto está demarcada la Crisis estructural del Capitalismo (Meszaros, 2009), que en Brasil se expresa en relación a los dictados de la dependencia del imperialismo, caracterizado como el capitalismo dependiente (Fernandes, 2009), y en la agroindustria, como la expresión actual de la cuestión agraria. El MST está constituido como los principales actores políticos para hacer frente a esta lógica en el Brasil de hoy. En su lucha por forjar, forjar una educación para sus súbitos, y esto va a ocupar la escuela con su perspectiva. Trabajo tiene un papel relevante en

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestrando pelo programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



este proceso. Vamos a discutir estas relaciones mediante la adopción de la materialidad del tiempo de trabajo en el Instituto de Educación Josué de Castro (IEJC), la Escuela y la Escuela de Formación Profesional adjunto con el MST. El mismo está situado en Veranópolis – RS, tratando de conocer a los jóvenes y adultos en áreas de reforma agraria, vinculados con el MST, u otros movimientos sociales. Las conclusiones se llega es que la inclusión del trabajo en la escuela, se alineaban en la perspectiva de la clase obrera, trae un sentido educativo cuestionando y oponiéndose a la lógica destructiva del capital.

Palabras clave: *trabajo, escuela, MST.*

ABSTRACT

Located in all studies of the field work and education, this text discusses the work in the School of the MSR. The context is demarcated the structural crisis of capitalism (Meszaros, 2009), which in Brazil is expressed in relation to the dictates of imperialist dependence, characterized as dependent capitalism (Fernandes, 2009), and in agribusiness, as the current expression of the agrarian question. The MST is constituted as the main political actors in coping with this logic in Brazil today. In its struggle to forge, forge an education for their subjects, and this will occupy the school with this his perspective. Labor has a relevant role in this process. We will discuss these relationships by taking the materiality of the Working at the Institute of Education Josué de Castor (IEJC), School and Vocational School attached to the MST. The same is situated in Veranópolis – RS. Seeking to meet young people and adults in areas of agrarian reform, linked to the MST, or other social movements. The conclusions we reach is that the inclusion of work in school, lined the perspective of the working class, brings an educational sense questioning and opposing the destructive logic of capital.

Keywords: *Work, School, MST.*

Introdução

Esse texto é fruto de primeiras aproximações sistematizadas à Escola do MST, tomando a materialidade do trabalho dentro da mesma. Para tal, nos valem como concretude para análise, o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), escola de Ensino Médio e Profissionalizante ligada ao MST. A mesma está situada em Veranópolis – RS, buscando atender jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária, ligadas ao MST, ou a outros Movimentos Sociais. A discussão assume proporções maiores do que a própria escola, tendo em vista a ligação dessa a um determinado Movimento Social, que incide sobre o campo com demarcado projeto para o mesmo, em contraposição ao projeto para o campo do capital, expressado no agronegócio, como fenômeno que exprime a Crise Estrutural do Capital, e a lógica da dependência. Assim, desenvolveremos inicialmente esse contexto de embate de projetos para o campo, seguido de rápida explanação acerca de um dos sujeitos envolvidos no mesmo, o MST. Em seguida,



trataremos da proposta de escola forjada pelo Movimento⁴, buscando na materialidade do IEJC a discussão acerca do trabalho na escola, como um contraponto a lógica do capital.

Agronegócio como expressão concreta da Crise Estrutural do Capital e da Dependência brasileira.

Ao contrário da lógica propagada de que o mercado tenha resolvido a questão agrária brasileira, é evidente que ao determos nosso olhar para o campo, percebemos que o mesmo continua em disputa. Seguimos tendo no campo, de um lado os trabalhadores expropriados da terra, de outro os latifundiários, esses últimos, alicerçado com o capital internacional. Essa lógica do capital para o campo brasileiro, se utilizando dessa nova roupagem para garantir a acumulação, é caracterizado como o agronegócio. Segundo Bruno (2006) o agronegócio enquanto conceito expressa operações comerciais que envolvem a produção agrícola, porém assume caracterizações que extrapolam o conceito tomando a correlação de forças no campo, em que agronegócio enquanto expressão política criada pelos fazendeiros expressa:

a unidade de classe dos proprietários de terra com o capital internacional, e caracteriza esse novo modelo modernizado de subordinação da agricultura brasileira aos interesses do capital internacional. Com isso, por baixo desse conceito, escondem-se as contradições entre as frações da classe que atuam na agricultura (BRUNO, 2006, p. 2).

O agronegócio agride veemente o meio ambiente com as monoculturas regadas por agrotóxicos e sementes transgênicas, pautando a estrutura fundiária desigual, não modificando a enorme concentração de terras, contribuindo fortemente para o desemprego estrutural. Se constitui também numa produção voltada para a exportação, atendendo as demandas internacionais.

Esses elementos rapidamente tratados, representam a lógica destrutiva imposta ao campo brasileiro, através da destruição ambiental e também dos trabalhadores, que dentro dessa lógica, não encontram mais espaço para a produção que garanta a sua auto-reprodução. A lógica destrutiva do capital indica que precedência nas relações não são as necessidades humanas, mas sim as demandas do mercado, que contribuem para a acumulação e expansão do capital, objetivo imaneente do mesmo, submetendo tudo e a todos a essa lógica. Significa dizer que o capital se sobrepõem de forma destruidora sobre o trabalho no campo, submetendo o mesmo a seus ditames e seus objetivos de acumulação e expansão, custe o que custar.

Assim, o agronegócio representa um dos principais fenômenos característicos da Crise Estrutural do capital. Para Mézáros (2009), a crise que vivenciamos desde o início da década de 1970, é diferente das demais pois se manifesta a partir de quatro aspectos: caráter universal, alcance global, escala de tempo é extensa, e seu modo de desdobramento é rastejante. Afeta assim, a totalidade de um complexo social em todas as suas relações e articulações com outros complexos, colocando em risco a sobrevivência da humanidade, pondo em questão “a própria existência do complexo social envolvido” (MÉSZÁROS, 2009, p. 796).

Somado a isso, é relevante tratar a especificidade do capitalismo periférico, no caso brasileiro. Tomando o conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes (2009), percebemos o papel que o Brasil assume na divisão internacional do trabalho, enquanto um país periférico, com pretensões de atingir o desenvolvimento. Para o autor, a maturação do capitalismo brasileiro não conseguirá superar a

⁴ Movimento em letra maiúscula, neste texto diz respeito ao MST.



condição subdesenvolvida, gerando um subdesenvolvimento tanto econômico como social, cultural e político, ou seja, não havendo a possibilidade de se desenvolver o capitalismo à um estágio superior de desenvolvimento. Isso se deve também a produção da união do arcaico ao moderno, provocando ou a arcaização do moderno ou a modernização do arcaico, rompendo e conciliando esses dois estágios.

A dependência não é atribuída exclusivamente pela dominação externa, mas orquestrada num movimento que acontece a partir de dois tipos de dinamismos, “um que se impõem de fora para dentro, outro que se projeta de dentro para fora”, em que o fortalecimento dos centros hegemônicos depende dos países periféricos, e vice-versa (FERNANDES, 2009, p. 58).

O subdesenvolvimento é assim uma necessidade do próprio desenvolvimento do *capitalismo central* que relega a América Latina⁵ o papel de fornecedores de matérias-primas e de mão de obra barata, baixando os custos da produção. Tomam parte da noção de um *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, significando que a acumulação capitalista se nutre dessa desigualdade, indicando a inviabilidade de desenvolvimento em termos de igualdade.

A economia brasileira tende a aprofundar a especialização regressiva econômica, “intensificando a produção de matérias-primas e alimentos” aumentando a dimensão do setor primário nacional, acarretando consequências estruturas ao compreender um “setor que envolve menos conhecimento, menos tecnologia e opera uma exploração predatória da natureza” (LEHER, 2010, p. 9).

O MST como sujeito da luta de classes contra o agronegócio e a lógica destrutiva.

Um dos principais sujeitos hoje, da luta contra a lógica destrutiva do capital no campo, é o MST. Segundo Sampaio (2010, p. 404) o Movimento traz para a agenda política a pauta da Reforma Agrária impedindo que “as elites dominantes consigam legitimar formas de diluir a pressão camponesa pela terra”, incorporando diversos setores sociais de esquerda na pauta e na busca de uma correlação de forças favorável à luta pela terra.

Organizado nacionalmente, o MST está presente em 24 Estados brasileiros, tendo como principais objetivos a luta pela Terra, pela Reforma Agrária e pela Transformação Social. Tomando esses três objetivos, evidencia-se que o Movimento entende que a luta não se esgota com a conquista da terra, apesar de já se constituir um avanço devido à enorme desigualdade social no Brasil. Dessa forma, a proposta de Reforma Agrária organizada e perspectivada pelo Movimento (MST, 2010) se articula a um determinado projeto histórico, que visa romper com as relações de produção pautadas na propriedade privada dos meios de produção, na agressão ao meio ambiente através de agrotóxicos, e na exploração do trabalho que é subsumido ao capital, perspectivando, assim, a emancipação da humanidade como estratégia.

Há um forte compromisso político por parte dos Sem Terra no sentido de garantir uma produção sustentada por outra matriz tecnológica, a agroecologia. Essa visa essencialmente uma produção livre de agrotóxicos, trabalhando com alimentos de qualidade e saudáveis, contrária a monocultivos, promovendo a agricultura de plantios diversificados, preservando o solo e as águas também, ao trabalhar com a reciclagem de nutrientes advindos da própria diversificação da produção, preservando a natureza e garantindo trabalho a todos.

Ao trabalhar diretamente com os trabalhadores apartados da terra, o MST, em sua dinâmica organizada e construída historicamente, forja uma identidade para esses trabalhadores. Busca através dela

⁵ E países da África e Ásia.



romper com a baixa autoestima imposta pela submissão ao capital que explora os mesmos criando, assim, laços coletivos reafirmados e reforçados a partir da organização e da luta comuns. Esses indivíduos antes propositadamente subvalorizados no sistema produtivo passam a se compreender, então, como um “sujeito social Sem Terra, com a identidade de quem decidiu criar uma organização e lutar coletivamente pelo que lhe falta para ser o que mais sabe ser, um trabalhador da terra” (CALDART, 2000, p. 79-81).

Percebemos um dos motivos do Movimento também abarcar os assentados, ou Sem Terra que já conquistaram a terra. É esse enraizamento na organização, pautado na coletividade, que faz com que ao chegar na terra, ao conquistar o lote, os trabalhadores saibam que há mais companheiros embaixo das lonas, ainda lutando, ainda sem terra. Por isso a necessidade de manter a organização do Movimento junto aos assentados, como ponto de apoio aos ainda desprovidos de terra e, também, porque a proposta de Reforma Agrária transcende a conquista da terra, como já pontuamos adentrando ao processo produtivo, e como tática da Transformação Social que o MST constrói.

Outro ponto relevante, é que o MST não se constitui numa organização exclusiva de homens ou mulheres, mas de famílias como um todo. É a partir desse ponto, que o Movimento entende a necessidade da discussão acerca da escola para os Sem Terra, desde os primeiros acampamentos (MST, 2005). A demanda é criada pelas próprias crianças que acompanham seus pais na luta pela terra.

A Escola do MST.

Como já pontuamos, a necessidade da escola surge desde os primórdios do Movimento. A criação das primeiras escolas é impulsionada pelas famílias Sem Terra, organizadas nos acampamentos do RS. Na sequência surge uma equipe de educação, no Acampamento da Fazenda Anonni. Essa equipe surge da divisão das tarefas do acampamento como um todo, sendo composta por interessados em trabalhar com as crianças (MST, 2005). Levando em conta a própria reestruturação interna do MST que cria setores de atividades, essa equipe se configura como o embrião do Setor de Educação do MST, criado em 1987. Segundo Caldart (2000) é o momento em que o MST assume a tarefa de organizar e articular a mobilização pela escola, produzindo também uma proposta pedagógica e formando educadores para trabalhar na perspectiva da mesma.

Outro ponto relevante no trato com a Escola do MST, é a formulação dos Princípios da Educação no MST: Filosóficos e Pedagógicos. É relevante pois demarcam o acúmulo de debate acerca da educação que o Movimento havia feito, servindo como base de reflexão e prática para a educação e Escola do MST. Dessa forma, os Princípios Filosóficos remetem à visão de mundo, às concepções mais gerais em relação a educação, o homem e a sociedade, relacionados aos elementos estratégicos do trabalho educativo do MST. Os Princípios Filosóficos são: 1) Educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas, e; 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. Já os Princípios Pedagógicos dizem respeito a como concretizar e refletir a educação a partir dos Princípios Filosóficos. Os Princípios Pedagógicos são: 1) Relação entre prática e teoria; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos estudantes e das estudantes; 11) Criação de coletivos



pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras; 12) Atitude e habilidades de pesquisa, e; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (MST, 2005, p. 159-179).

O que é evidenciado, é que a educação é mais ampla que a escola, ou seja, a educação assume um alargamento no seu entendimento pois remete ao processo de formação do ser humano. Porém, isso não tira a relevância da escolarização, compreendendo a mesma como um importante espaço para trabalhar com as dimensões do ser humano:

Para nós educação é mais do que escola. A educação diz respeito ao complexo processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos seus aprendizados. Mas a educação escolar é um componente fundamental neste processo: um direito social e subjetivo de todos e um dever para os membros de uma organização com os objetivos que temos (MST, 2006, p. 8).

Dada essa importância à escola, o MST ocupa a mesma, a partir da sua concepção de educação e de seu projeto de sociedade, com a especificidade dos sujeitos que compõem essa organização, os sujeitos do campo, colocando-a em movimento. É nesse movimento que forja uma escola diferente. Essa escola diferente, diferencia-se da escola tradicional, que é apartada da vida, que o conhecimento gerado não se vincula com a realidade das crianças.

O contraponto inicialmente é ligar a escola às questões da vida dos Sem Terra, de maneira íntima ao intenso processo de luta, seja no acampamento ou no assentamento, em que a escola influencia e deixa se influenciar por esse meio, em que “sem toda a clareza sobre o tema e sem objetivos bem definidos, desde as primeiras experiências e discussões entre pais e professores apareceu a preocupação com o vínculo necessário entre ensino e trabalho” em que a insistência na “escola prática, é principalmente em conhecimentos sobre o trabalho na terra” (MST, 2005, p. 24). O projeto de campo aqui é exposto. A relação entre o ensino e o trabalho, demarca qual projeto de campo está em perspectiva na escola, o do capital ou o da classe trabalhadora com os Sem Terra, em outras palavras, o do agronegócio ou o da agricultura camponesa.

A escola para o MST se pauta também na apropriação e produção de conhecimentos socialmente úteis, levando em conta as reais necessidades que esses sujeitos demandam. Rompe então com a visão de transmissão mecânica de conhecimentos, em que o professor detém esses e aos alunos se destina passivamente a escutar e a aprender, ou seja, os educandos assumem o papel de sujeitos ao se apropriarem e produzirem conhecimentos científicos que auxiliem na compreensão e na intervenção na realidade, na resolução de problemas concretos da vida, colocando a escola como um espaço que contribua também para tal, na busca de organização de novas relações sociais.

Para tal, outro ponto que a Escola do MST está diretamente vinculada, como já apontamos, é com a luta. A luta é pautada pelos marcos estratégicos do MST, em que as ações, as táticas são direcionadas no sentido da transformação da sociedade em direção ao socialismo. O papel da escola também se coloca como formação de militantes para a continuidade do processo de luta, que não cessa com a conquista da terra. Na escola esse movimento se dá de diversas maneiras, desde a relação do MST com a escola, a participação e a reflexão dessas acerca da luta, a organização dos educandos na direção coletiva da escola, lidando com a própria cultura camponesa, a análise e a intervenção na realidade visando a transformação da sociedade, em que crianças e jovens sejam formados e escolarizados já nessa perspectiva.

Esse movimento que o MST demanda e constrói para a escola é de tamanha complexidade que,



como vimos, extrapola os seus limites. Para o MST essa diferença em relação à escola capitalista, se forja como uma verdadeira transformação da escola. Caldart (2010) aponta a necessidade da transformação da escola estar ligada ao projeto histórico que o MST organiza, ancorado no projeto histórico da classe trabalhadora como um todo. Significa que essa transformação não é algo isolado, mas como parte de transformações maiores. Para a autora, a transformação deve ser em suas “finalidades educativas e nos interesses sociais que a movem, na sua matriz formativa, no formato de relações sociais que a constitui e desde as quais educa quem dela participa, na visão de mundo (...) e na forma que trabalha com o conhecimento”(CALDART, 2010, p. 67).

A educação no Movimento, seguindo a lógica da Pedagogia Socialista, é remetida ao ser humano na perspectiva de formá-lo integralmente, na sua totalidade, na própria relação entre as dimensões da sua vida, desde a dimensão do trabalho, da cultura, da organização política, do lazer, entre outras, enfim uma verdadeira formação humana, vinculada estritamente à prática social dos sujeitos. Dessa forma a educação é entendida como “um processo intencional de busca do desenvolvimento omnilateral do ser humano, que reúne capacidades para atividades tanto manuais como intelectuais, que trabalha diferentes dimensões que permitem o cultivo de uma personalidade harmônica e completa” (CALDART 2010, p. 65-66).

A proposta do Movimento sobre o ensino médio, alicerçada nessa concepção que brevemente apresentamos, traz que a discussão deve partir da juventude das áreas de Reforma Agrária. Objetiva assim “desenvolver e consolidar nos jovens uma visão de mundo articulada a valores e identidades que vão assumindo nesta fase da vida”, tendo como um dos debates fundamentais a formação para o trabalho. Essa faz “parte da própria educação básica de perspectiva integral e unitária, não se separando de uma formação geral sólida e ampla, que tem o trabalho como princípio educativo e que se centra na chamada educação tecnológica ou politécnica”, se apropriando dos conhecimentos científicos mais complexos e específicos do campo, na relação com o trabalho ligado a esta especificidade, garantindo um “vínculo orgânico entre o currículo escolar e os eixos do projeto de desenvolvimento dos assentamentos” destacados pelo Movimento principalmente a cooperação e a agroecologia (MST, 2006, p. 16).

IEJC: características gerais.

O IEJC é a primeira escola de ensino Médio e Profissionalizante ligada ao MST, criada em 1995, e legalizada em 1997 com a aprovação legal no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul⁶. Está situada em Veranópolis, cidade da região serrana do Rio Grande do Sul. A Escola busca atender jovens e adultos deste e de outros Movimentos Sociais, formando seus estudantes para uma atuação profissional e política em áreas de Reforma Agrária.

O nome da escola é uma homenagem ao geógrafo, médico e sociólogo Josué Apolônio de Castro, pernambucano de Recife, que nasceu em 1908. Um dos principais temas que se deteve, foi o debate acerca da fome, tendo na Reforma Agrária um forte instrumento para combate da mesma e da miséria. Foi presidente da FAO entre 1952 e 1956. Foi deputado federal pelo estado de Pernambuco duas vezes, em 1954 e 1958, em que nos seus projetos e escritos se destacavam a necessidade do combate ao latifúndio e à monocultura, na perspectiva de cultivo de alimentos para o combate à fome. Suas principais obras são

⁶ Foi aprovada inicialmente como Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro que ficou conhecida como EJC, vindo a tornar-se IEJC em abril de 2000, em função das novas exigências da legislação, para a realização do Curso Normal (ITERRA/IEJC, 2001).



Geografia da Fome, de 1946 e *Geopolítica da Fome*, de 1951. Após o golpe de 1964, perdeu seus direitos políticos e foi exilado na França, até sua morte em 1973. O IEJC, ao assumir seu nome, busca manter vivo o legado de Josué de Castro “motivando educandos e educadores à participação nas lutas pelas transformações sociais, e ao estudo comprometido com a diminuição da miséria humana” (ITERRA/IEJC, 2001, p. 9).

A escola se situa em Veranópolis pela disponibilidade do prédio e terreno, cedidos em sistema de comodato pela Congregação dos Padres Capuchinhos. Este é um elemento de destaque porque a Escola do MST não se encontra num espaço de Reforma Agrária, indicando que os educandos vêm de fora da cidade. Nessa região, da serra gaúcha o MST muito pouco atua, enquanto espaço visado de ocupação de terra. A partir da articulação com a Congregação dos Padres Capuchinhos, que possuem um Seminário com uma grande estrutura nessa cidade, abre a possibilidade da escola ocupar uma dos espaços desse Seminário. O prédio da Congregação é enorme e há pouca demanda por parte dela para tamanha estrutura por parte dos Padres, levando os mesmos a cederem também uma parte do prédio para uma extensão da UCS e também para outra escola particular do município.

O IEJC assume a concepção de educação e de escola que o MST perspectiva, se colocando como uma “escola do povo do campo, vinculada a um Movimento Social de luta pela Reforma Agrária”, tendo como central a formação do ser humano. Enquanto escola a serviço da classe trabalhadora, o IEJC objetiva contribuir para “o processo de formação humana, cujo objetivo é a formação de sujeitos sociais que contribuam com a transformação da sociedade” (ITERRA/IEJC, 2004, p. 14). Esse objetivo se realiza a partir da formação que o IEJC apresenta, garantindo a formação integral, escolarização e a formação de militantes e profissional para atuarem em áreas de Reforma Agrária.

Um relevante ponto no projeto educativo do IEJC é a *engenharia social*, enquanto combinação de elementos básicos configurativos do processo pedagógico do Instituto, permeando os cursos de Ensino Médio, sendo base do método pedagógico. Compõem essa engenharia social⁷ a Alternância, os Tempos Educativos, o Trabalho, a Gestão e a Pesquisa (ITERRA/IEJC, 2004).

O trabalho no IEJC⁸.

Antes de tratarmos do Tempo Educativo Trabalho no IEJC, vale apresentarmos elementos teóricos que balizam a concepção de trabalho que o Instituto perspectiva.

Tomamos preliminarmente a concepção marxista de trabalho, enquanto atividade vital dos seres humanos cuja orientação é a transformação da natureza para satisfação das necessidades básicas, ou seja, condição fundamental enquanto fundante do ser social. Assim, em acordo com Marx, o trabalho é antes de tudo “um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza” em que movimenta suas forças naturais para apropriar-se dos recursos da natureza a fim de dar-lhes “forma útil à vida humana”, e essa atuação sobre a “natureza externa” e modificando-a, ao mesmo tempo “modifica sua própria natureza” (MARX, 2008, p 211).

A concepção do trabalho como princípio educativo toma relevância, por entendermos que o

⁷ Devido ao limites desse texto, não explanaremos acerca desses elementos. Para aproximação e aprofundamento dos mesmos, indicamos o Caderno 9 do ITERRA/IEJC (2004).

⁸ Vale ressaltar que estamos tomando a materialidade do Trabalho no Tempo Educativo, entendendo que o mesmo extrapola esse tempo, levando em conta os demais Tempos Educativos e também a Alternância, entre outros pontos.



trabalho se constitui como mediação de primeira ordem, que tem como características definidoras o fato do ser humano ser parte da natureza, devendo “satisfazer suas necessidades por meio de um constante intercâmbio com a natureza” e que esses seres “não podem sobreviver de forma não mediada com a natureza, através de instintos” (MÉSZÁROS, 2009, p. 213).

Dessa forma não significa ou não se reduz a utilizar o trabalho de forma didática ou metodológica na relação escolar ou qualquer que seja o processo educacional, mas sim reafirma-se a necessidade do trabalho enquanto condição básica e vital do homem, e que essa necessidade não deva ficar restrita a um determinado grupo da sociedade enquanto outro se apodera ou usufrui do produto do trabalho a partir de uma relação de exploração. Essa afirmação pressupõe o entendimento do trabalho como um dever e um direito. Dever no sentido de que todos devem participar da produção em geral para atender as necessidades dos seres humanos, e direito pela necessidade desse ser humano que se destaca da natureza, através do trabalho, manter essa relação metabólica com a própria natureza para a produção e reprodução dos homens.

Gramsci alerta que esse entendimento, acerca dos deveres e direitos que provém do trabalho como princípio educativo, “cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo” (GRAMSCI, 2010 p.43). Joga assim para o próprio movimento da humanidade a discussão sobre o trabalho, indicando a necessidade de apropriação desses pressupostos para a análise da atualidade, se desvencilhando de uma concepção de mundo idealista. Tomando a concretude da dupla face do trabalho (MARX, 2008), contribui também para o questionamento do trabalho sob a batuta do capital, o trabalho assalariado, desvelando a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, e também as próprias relações de exploração. Adentra dessa forma ao debate acerca da acumulação capitalista, que traz em seu cerne a lógica destrutiva (MÉSZÁROS, 2009), apresentando a necessidade da luta contra essa lógica, juntamente com a organização de formas de trabalho que se contraponham a essa lógica, podendo se caracterizar como educativo.

Tomando esses pressupostos, o IEJC assume o trabalho como princípio educativo. Isso se evidencia ao retomarmos os Princípios da Educação no MST, relacionados ao trabalho: Educação para o trabalho e a cooperação; Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; Educação para o trabalho e pelo trabalho; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos (MST, 2005). Dessa forma o IEJC estreita o vínculo formativo com o trabalho socialmente útil (ITERRA/IEJC, 2004).

Para tal, na Escola deve ter trabalho para todos de forma organizada. Cada um deve estar inserido em um posto de trabalho, planejando e executando atividades que contribuam com Instituto. O caráter pedagógico do trabalho também é relevante, remetendo a relação da organização para o mesmo e, das relações estabelecidas a partir desse, como capacitação e relação política definidora de classe trabalhadora. Aqui vale indicar a relação que o trabalho estabelece com a gestão escolar, em que as decisões executadas são determinadas pela coletividade.

É organizado um Tempo Educativo destinado ao trabalho na escola, o Tempo Trabalho. Atualmente está composto de duas horas diárias, de segunda a sábado. Esses estão inseridos em Unidades de Produção (UP), e essas num dos quatro setores de trabalho: Produção, Educação, Formação e Serviços. No Setor de Produção tem as seguintes UPs: Agrícola, Planejamento, Panifício, Mercado, e Brigada 4; no Setor de Formação tem como UPs. a Formação Política, a Comunicação, a Cultura e Artes e a Registro e Memória; no Setor Educação tem como UPs.: Ensino, Biblioteca, Ciranda e Secretária; e no Setor



Serviços há as seguintes UPs.: Recepção, Saúde, Restaurante, Moradia, Serviço Externo. Dentro dessas Unidades estão os postos de trabalho, em que algumas possuem vários postos e outras possuem às vezes um somente. Ao ser inserido na UPs e postos de trabalho, o educando precisa estudar e entender o Setor ao qual essa UP faz parte entendendo as articulações que esse estabelece com o restante dos Setores e da coletividade.

O processo organizativo que envolve o trabalho no IEJC pauta um jeito de trabalhar organizado e que qualifica os trabalhadores. Isso se dá através da divisão do trabalho já detalhada acima, contraposta a lógica do mutirão ou do espontaneísmo, e também da apropriação do acúmulo sistematizado, com a reflexão da prática do trabalho, através das Atribuições do Posto de Trabalho (APT). No processo prático da inserção dos educandos no posto de trabalho, vai se engendrando um movimento que capacita os educandos de forma que eles possam responder as tarefas designadas pelo posto de trabalho.

Outro ponto relevante é a reflexão no trabalho, através das reuniões semanais das Unidades de Produção, e também dos Setores de Produção. A reflexão engloba a necessidade de entender, problematizar, e fazer avançar a lógica do trabalho na Escola, e também avaliar o processo cotidiano de trabalho, os limites e os avanços, buscando as relações mais gerais com o mundo do trabalho.

O trabalho por parte dos educandos é algo que salta aos olhos no IEJC. Nossas análises preliminares indicam que os educandos avançam a partir das aproximações com a experiência do trabalho na Escola, em que aos poucos, através das reflexões, das contradições e tencionamentos, vão apreendendo o sentido da lógica do trabalho no Instituto. Esse trabalho instituído, vai criando nos educandos a pertença em relação a Escola, em que o trabalho contribui para que eles assumam a Escola enquanto sujeitos do processo. Os educandos percebem a necessidade do trabalho, e como esse pode se relacionar com a Escola.

O trabalho assumido pelos educandos, como os mesmos dizem, não é algo “de brincadeira”. É desde tarefas práticas de limpeza e cuidados com a moradia; na garantia da alimentação; à produção na agroindústria, no panifício, e na horta; como educadores na ciranda infantil; na secretaria, lidando diretamente com os educadores e com documentos relacionados a turma; no registro e memória das turmas; na comunicação interna do Instituto; na formação política; enfim, tarefas necessárias para garantir o funcionamento e o processo educativo do IEJC.

Considerações finais.

A proposta desse texto era trazer a materialidade do trabalho na Escola do MST, situada num contexto de Crise Estrutural do Capital, num país de capitalismo dependente, tendo no agronegócio a face mais atual da questão agrária. O trabalho no IEJC nos apresenta significativos elementos de contraposição e tencionamento a lógica do capital. A vinculação da escola a um Movimento Social de contraposição a lógica do capital, contribui fortemente nessa relação. Isso demarca o sentido de totalidade na relação da escola com o todo da sociedade, ou seja, ela sofre com as contradições da sociedade, mas interfere também nessa.

Se a concepção hegemônica no campo brasileiro é pautada pela articulação dos latifundiários com o capital internacional, através do agronegócio, tendo na constante destruição, tanto de recursos naturais como de recursos humanos, sua forma de acumular e de se expandir, o MST forja através da luta possíveis relações que venham a contrapor essa lógica que submete o trabalho ao capital.

No que tange a Escola do MST, ao pautar a mesma na perspectiva da formação humana, o



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Movimento objetiva transformar a mesma junto da transformação social. Através da formação integral, da escolarização, e da formação de militantes e profissionais para atuarem nas áreas de Reforma Agrária, objetiva a formação para o trabalho, a apropriação e produção de conhecimento socialmente úteis, e a vinculação da formação com a luta da classe trabalhadora.

Primeiramente, vale ressaltar o entendimento acerca do trabalho, como antes de tudo, uma necessidade que deve ser assumida por todos e por cada um. Isso demarca que na escola, não se reproduz a lógica de que uns trabalham e outros se apropriam do produto do trabalho sem ao menos trabalhar. Pelo contrário, o produto do trabalho é apropriado pela coletividade da Escola, coletividade essa que estava envolvida de alguma forma no processo de trabalho. Dentro desse mesmo ponto, é interessante ressaltar que o trabalho não é uma mera ferramenta pedagógica, ou didático metodológica, mas toma proporções maiores que isso ao ter relação direta na manutenção das relações existentes dentro do IEJC.

A organização do processo de trabalho é outro ponto chave. Rompe com a lógica do mutirão, e garante a organicidade na relação com a gestão da escola, feita pelos educandos também. Nesse ponto é relevante demarcar que não há uma alienação no processo tendo em vista os educandos serem instigados a compreender o processo do trabalho como um todo, desde seu posto de trabalho até a relação com o seu Setor, e esse com os demais Setores.

A relação com o trabalho se forja em outra perspectiva pois os educandos não são tratados como funcionários da Escola mas, como trabalhadores. O trabalho educa no sentido da necessidade do mesmo, de todos e cada um trabalhando organizadamente, tomando como central as necessidades dos sujeitos envolvidos. Acarreta que os educandos tenham grande apreensão das atribuições do trabalho, que dominem os fundamentos e as técnicas, que se capacitem a ponto de conseguir inserir outros trabalhadores no seu posto de trabalho, bem como garantir as tarefas.

Referências.

BRUNO, Regina. A natureza da classe dominante no campo brasileiro. Palestra Escola Nacional Florestan Fernandes. Agosto, 2006.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis-RS: Vozes, 2000;

CALDART, Roseli S. O MST e a escola: concepção de educação e a matriz formativa. In.: CALDART, Roseli Salette (org.) **Caminhos para transformação da escola**. Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ITERRA/IEJC. **Instituto de Educação Josué de Castro**: Projeto Pedagógico. Cadernos do ITERRA, nº 2



Veranópolis-RS: 2001.

ITERRA/IEJC. **Instituto de Educação Josué de Castro**: Método Pedagógico. Cadernos do ITERRA, nº 9. Veranópolis-RS: 2004.

ITERRA/IEJC. **Instituto de Educação Josué de Castro**: Curso Normal - Projeto Pedagógico. Cadernos do ITERRA, nº 10 . Veranópolis-RS: 2004.

ITERRA/IEJC. **Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional**. Cadernos do ITERRA, nº 13. Veranópolis-RS: 2007.

LEHER, R. Crise do capital e questão social. **Revista de Estudos do Trabalho**. Ano III, Nº 6, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MST. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos 1990-2001. Caderno de Educação n. 13 (edição especial). Veranópolis: Iterra, agosto de 2005.

MST. **Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a Juventude das Áreas de Reforma Agrária**: Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária. Luziânia/GO. 2006.

MST. **MST**: lutas e conquistas. 2ª ed. Janeiro, 2010.

SAMPAIO, P. A. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

Contatos:

Geovanna Dutra: gica_dutra@hotmail.com

Eduardo Pergher: edugpr@hotmail.com

Endereço: Demétrio Ribeiro nº 834/34

CEP: 90010312

Porto Alegre – RS

Recursos que serão utilizados na apresentação: Datashow